

A escola no mundo hiperconectado: Redes em vez de muros?

*The school in the hyper-connected world:
Networks instead of walls?*

■ PAULA SIBILIA *

RESUMO

Este ensaio reflete acerca da *crise da escola* a partir de uma visão genealógica, considerando os modos como as novas tecnologias de comunicação – sobretudo, os dispositivos móveis de acesso às redes informáticas – estão afetando o funcionamento dessa instituição basilar da modernidade. Qual é a influência que o contato com tais aparelhos – bem como os modos de vida que eles implicam, incluindo fatores econômicos, políticos e socioculturais – provoca nas subjetividades e nos corpos contemporâneos? A intenção é detectar e problematizar a crescente *incompatibilidade* desses *modos de ser* atuais com as instalações, regulamentos e tecnologias escolares, identificando seus sentidos para delinear possíveis respostas ao conflito.

Palavras-chave: Educação, disciplina, redes, corpo, subjetividade

ABSTRACT

This essay is intended to reflect about the *school crisis*, from a genealogical perspective, considering how information and communication technologies – particularly mobiles with internet access – are affecting the way this modern institution works. Which is the influence that the contact with these devices – as well as the ways of life they imply, including economic, political and sociocultural factors – causes on contemporary subjectivities and bodies? The aim is to detect and comprehend the growing *incompatibilities* between these bodies and subjectivities, on one side, and school regulations and technologies, on the other side, as well as understanding some of their meanings and formulate possible answers to this conflict.

Keywords: Education, discipline, networks, body, subjectivity

* Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do CNPq e bolsista da FAPERJ. E-mail: ps@gmail.com.

- O que vocês esperavam ao me denunciar perante o diretor?
- Que você fosse punido, como nós.
- Ah, querem me punir?
- Você nos insultou e merece um castigo... você falou “ordinárias”, nós falamos “filho da puta”, é a mesma coisa!
- Mas vocês têm que entender que eu sou o professor, é assim e pronto!

Entre os muros da escola
(Laurent Cantet, França, 2008)

PROPONHO COMEÇAR ESTAS reflexões com uma pergunta: nesta *era digital* em que estamos cada vez mais imersos, a escola estaria se tornando uma instituição obsoleta? É claro que não se trata de uma questão facilmente contornável; mas, nos estreitos limites deste texto, talvez seja possível depurar e aprofundar sua formulação. Este ensaio optou por embarcar nesse desafio, com as vantagens e desvantagens de fazê-lo a partir de uma perspectiva que não é a do especialista em educação. A problemática será desdobrada sob o prisma da comunicação, articulando também certo olhar antropológico e genealógico, na tentativa de detectar algumas tendências que marcam nossa época. Por isso, o foco deste artigo não aponta somente à escola – e nem mesmo ao peculiar contexto sociocultural, econômico e político que a viu nascer e se desenvolver – mas procura se concentrar particularmente na situação atual, que mudou bastante e em vários sentidos com relação àqueles tempos cada vez mais remotos. Com essa premissa como pano de fundo, portanto, a análise aqui proposta tem na mira um objeto muito peculiar: os corpos e as subjetividades para cuja modelagem a instituição escolar foi criada, no momento de sua invenção e durante sua gradativa solidificação; e, a partir desse contraponto, o olhar se deslocará para as versões mais atuais desses corpos e subjetividades, que costumam se relacionar com a escola de um modo bem mais conflituoso.

Um primeiro desdobramento da questão inicial, portanto, poderia ser o seguinte: que tipos de organismos humanos, e que modos de ser ou estar no mundo, produziu a escola tradicional em sua época de auge? Essa localização histórica remete ao século XIX e a boa parte do XX; isto é, um extenso e complexo bloco temporal, mas ao longo do qual essa instituição ainda não era questionada como potencialmente *obsoleta*. Há outra pergunta latente nessa indagação, cuja resposta é ainda mais complicada: por que e para que nossa sociedade – ocidental, moderna, capitalista, industrial – se propôs, naquela época, a gerar esse tipo específico de corpos e subjetividades? No decorrer destas páginas serão discutidas algumas pistas em torno desses assuntos, lembrando

sempre que tal trajeto será norteado pela interrogação fundamental que lateja no cerne desta pesquisa: que tipos de corpos e subjetividades se criam hoje em dia, no despontar da segunda década do século XXI? E por quê? Para quê? Avançando mais um pouco nessa aventura, surgirá a pergunta mais interessante de todas: quais são os tipos de corpos e subjetividades cuja produção gostaríamos de estimular hoje em dia, pensando tanto em nosso presente como em nosso futuro enquanto sociedade? Uma vez definida essa complicada sondagem, e até mesmo para contribuir a afiná-la, também seria conveniente justificá-la inquirindo, mais uma vez: por que e para quê? Finalmente, nessa tentativa de resposta caberia inserir a dúvida crucial: que tipo de *escola* teríamos que implementar para concretizar tal projeto?

Entre tantas dúvidas abertas, e tão difíceis de obterem uma resolução, uma certeza emerge quase óbvia: atualmente, a escola está em crise. Por quê? Os fatores que levaram a essa situação são inúmeros e extremamente complexos, mas uma via para compreender os motivos desse mal-estar seria pensar a instituição escolar como uma *tecnologia* – quer dizer, como um dispositivo, como uma ferramenta ou um intrincado artefato destinado a produzir algo. E, portanto, é uma tecnologia de época: um aparelho historicamente configurado. A partir dessa perspectiva, não custa verificar que tal maquinaria parece estar se tornando gradativamente *incompatível* com os corpos e as subjetividades das crianças de hoje. A escola seria, então, uma máquina antiquada; e, por isso, seus componentes e seu funcionamento são cada vez mais conflitantes com nossos jovens. Nessa junção – que, no entanto, ainda insiste em ocorrer cotidianamente – as peças não encaixam bem: há saliências em suas engrenagens e os circuitos se entopem com frequência, produzindo todo tipo de fricções e destroços. No fim, trata-se de organismos que não se ensamblam harmoniosamente e, portanto, tendem a não funcionar corretamente quando colocados em contato.

Para além das particularidades individuais de cada estudante e de cada instituição, e deixando de lado as significativas diferenças relativas aos contextos socioeconômicos e inclusive geopolíticos de cada caso, seria difícil negar essa *incompatibilidade*. Haveria uma divergência de época: um desajuste coletivo entre as escolas e seus alunos na contemporaneidade que, cada vez mais, aparece como uma marca desta época e um problema desta geração. Embora não se trate de uma novidade absoluta, essa inadequação se tornou mais incontestável nos anos mais recentes, justamente quando foi se gerando um encaixe quase perfeito entre esses mesmos corpos e subjetividades, por um lado, e, por outro, os aparelhos móveis de comunicação e informação, tais como os telefones celulares e os computadores portáteis com acesso à internet.

É claro que não se trata de um fenômeno fortuito ou enigmático: há explicações históricas e inclusive antropológicas para essa crescente incompatibilidade. Tais justificativas compreendem um amplo conjunto de fatores socioculturais, econômicos e políticos que se foram desencadeando nas últimas décadas e que – embora não estejam isentos de complexidades e até mesmo contradições – são facilmente identificáveis para aqueles que percorreram algumas décadas do século passado e são adultos nestes começos do novo milênio. Sua gestação e seu desenvolvimento ocuparam várias décadas, tendo-se iniciado pelo menos a partir dos anos 1960 para se fortalecer ao longo da segunda metade do século XX. Mas essas tendências estão se cristalizando agora, e sua decantação na atualidade – com a ajuda dos dispositivos móveis e outras tecnologias de recente popularização – é um dos motivos pelos quais a brecha entre ambos os universos se tornou iniludível: por um lado, a escola; por outro lado, os *modos de ser* contemporâneos. Um abismo difícil de esquivar fingindo que nada está acontecendo; ou, então, tentando recauchutar em vão um artefato abstruso que, a todas as luzes, tem perdido boa parte de sua eficácia.

Proponho examinar, aqui, quais são essas mudanças tão profundas que vêm afetando os corpos e as subjetividades nos últimos tempos, e que agora permitiriam vislumbrar a consumação de uma metamorfose. De fato, trata-se de uma transformação tão intensa que costuma despertar toda sorte de perplexidades, sobretudo naqueles que não nasceram imersos no novo meio ambiente, mas que atravessaram plenamente essa mutação e hoje vivenciam suas consequências na própria pele. É uma transição entre certos modos de ser e estar no mundo – que, certamente, eram mais compatíveis com o colégio tradicional e com as diversas tecnologias dessa linhagem escolar – e as novas subjetividades que atualmente florescem, e que manifestam sua flagrante incompatibilidade com tais ferramentas enquanto se ensamblam com outros artefatos.

Sob esta perspectiva, torna-se evidente que a escola é uma tecnologia de época. Embora hoje pareça tão *natural* e óbvia, é preciso sublinhar que ela nem sempre existiu: foi inventada algum tempo atrás e numa cultura muito bem definida, aliás, com o propósito de responder a um conjunto de demandas específicas do projeto histórico que a desenhou e que se ocupou de colocá-la em marcha. Em contrapartida, essa estratégia extremamente audaz também requeria certas condições básicas para poder funcionar: foi preciso estabelecer determinados requisitos e premissas para que tamanha maquinaria pudesse operar com eficácia. Entre as exigências históricas às quais procurava responder a criação dessa curiosa instituição denominada escola ou colégio, figuram os desmesurados compromissos da sociedade moderna, que se pensou a si própria – pelo menos, idealmente – como sendo igualitária, fraterna e democrática.

E, por tanto, assumiu a responsabilidade de educar a todos seus cidadãos para que estivessem à altura desse magno projeto.

Era necessário alfabetizar a cada um dos habitantes de cada nação no uso correto do idioma pátrio, por exemplo, ensinar-lhes a se comunicar com seus contemporâneos e com as próprias tradições por meio da leitura e da escrita, bem como instruí-los para que soubessem fazer cálculos e lidar com os imprescindíveis números. E, além disso, ou talvez fundamentalmente, seria preciso lecioná-los nos usos e costumes ditados pela virtuosa *moral laica* hasteada pela burguesia triunfante: um cardápio inédito de valores e normas que se impôs junto com esse imenso projeto político, econômico e sociocultural. Esses são, basicamente, os principais motivos que levaram à invenção do complexíssimo sistema escolar, semeando suas ramificações por toda parte, tanto nas metrópoles mais pujantes do momento como nos confins da civilização.

Por outro lado, para que esse novo e tão ambicioso artefato sociotécnico pudesse entrar em operação, foi necessário contar com sua indispensável matéria-prima: certos tipos de corpos infantis. Em seu livro *Vigiar e punir*, Michel Foucault explica que ao ter como modelos a prisão e o exército, a escola idealizada pelas sociedades industriais devia ser uma instituição na qual “cada corpo se constitui como peça de uma máquina” (Foucault, 1977: 148). Tratou-se, portanto, de um projeto bastante temerário e nada modesto, até mesmo desconcomunal. Pois não é fácil transformar um conjunto de crianças nas peças de um artefato bem calibrado, e muito menos conseguir a preservação dessa ordem ao longo de vários anos, pelo menos até que as pequenas peças do artefato se tornem adultos e passem a integrar outras maquinarias.

No entanto, em suas análises realizadas na década de 1970, o filósofo francês descreveu os cubículos onde tradicionalmente se desenvolvera o ensino fundamental como “uma máquina de aprendizagem”, na qual se exercia uma “combinação cuidadosamente medida de forças”, que exigia “um sistema preciso de comando” e onde “todo o tempo de todos os alunos estava ocupado, seja ensinando seja aprendendo” (Ibid: 149). Sem dúvida, não foi tarefa simples a implementação e a manutenção de tamanho aparelho tecno-humano. Toda uma estrutura teve que ser construída para sustentá-lo, articulando uma multidão de práticas e discursos capazes de se infiltrar de modo capilar em todos os âmbitos; tudo isso, com o fim de conseguir algo improvável: transformar a carne terna dos infantes num ingrediente adequado para alimentar as sedentas engrenagens da era industrial.

Mas tal façanha não só foi consumada com bastante sucesso, como também se manteve em pé e bem alinhada durante muito tempo; até o ponto de que, hoje, custa-nos enormemente imaginar como seria um mundo sem escolas.

Mas houve sim um tempo, nem tão remoto assim, em que tais instituições teriam sido impensáveis. Se antes da clivagem modernizadora as escolas não existiam, isso se deve a que sua função não era necessária nesse tipo de sociedade; e, por conseguinte, não teria tido sentido algum investir tantos esforços em concebê-las e conservá-las. Não havia necessidade de adestrar os corpos pré-modernos para que fossem capazes de trabalhar em fábricas ou se comportar como bons patriotas a serviço da nação, por exemplo, sintonizando ainda seus gestos e ritmos na frequência mecânica das linhas de montagem, dos cronômetros, dos diversos automatismos e dos protocolos da urbanidade estatal. Essa demanda só começou a se disseminar bem tardiamente, aliás. Foi somente na segunda metade do século XVII quando apareceram as primeiras *escolas de aprendizagem* nos países europeus. Antes dessa data, os ofícios ou profissões se cultivavam diretamente nos ateliês, onde um aprendiz desenvolvia sua perícia assistindo ao profissional já versado na habilidade específica a ser adquirida.

Um exemplo dessa novidade surgida nos albores da era moderna foi, sempre de acordo com os arquivos consultados por Michel Foucault, a Escola Profissional de Desenho e Tapeçaria dos Gobelins. Somente em 1737, essa instituição, com forte tradição na produção de tapetes bordados e na formação de artesãos especializados nessa técnica, instaurou um regulamento que sob olhares contemporâneos se apresenta como um ancestral das normas escolares. “Todos os alunos são inicialmente divididos por faixa etária”, e a cada um desses grupos “é imposto certo tipo de tarefa”, relata o filósofo. “Esse trabalho deve ser realizado em presença ou de professores, ou de pessoas que o vigiam; e deve ser anotado, como também são anotados o comportamento, a assiduidade, o zelo do aluno durante seu trabalho” (Foucault, 2006: 62). Tais registros se conservavam em arquivos, processavam-se em diversas planilhas e se transmitiam como relatórios, seguindo uma ordem hierárquica que chegava até as máximas autoridades nacionais.

Cabe sublinhar, porém, que essa grande transformação que afetou os processos de aprendizagem e começou a alterar suas bases naquele período histórico, como bem se sabe, está longe de constituir um fato isolado. Algo semelhante ocorreu em todos os outros ramos da atividade humana, fundando um modo de vida sincronizado a nível nacional e global: a era moderna. Milhões de corpos se mobilizaram ao compasso dos ritmos urbanos e industriais, tutelados pelos vigorosos credos da ciência e da democracia, rumo a uma meta então considerada indiscutível: o progresso universal. Esse projeto histórico, que começou a se implantar logo após a Renascença, mas teve seu auge ao longo dos séculos XIX e XX, dedicou grandes doses de energia à configuração de certas subjetividades encorpadas, enquanto evitava cuidadosamente o surgimento de formas alternativas.

A escola foi um componente fundamental dessa empreitada, embora tenha sido apenas mais um entre os diversos moldes aos quais a sociedade industrial recorreu para formatar seus cidadãos. Nessa imensa cruzada disciplinadora, que constituiu um vetor capital de nosso processo civilizador, a atividade que se desenvolvia nos colégios foi reforçada por todo um conjunto de *instituições de confinamento*, como as denominara Foucault: do lar familiar à prisão, da fábrica aos quartéis, dos hospitais e os asilos aos reformatórios e às universidades. Graças a essa minuciosa e persistente operação mancomunada, foram se engendrando subjetividades afinadas com os propósitos da época: certos modos de ser e estar no mundo, que se tornaram hegemônicos na era moderna por estarem dotados de determinadas habilidades e aptidões, embora também estivessem lastimosamente marcados por certas incapacidades e carências. Segundo as palavras do próprio Foucault, nessa época e dessa maneira se construíram corpos *dóceis e úteis*, organismos humanos treinados para trabalhar na cadeia produtiva e para se movimentar eficazmente nos reluzentes traçados urbanos da modernidade; isto é, sujeitos equipados para funcionar com eficiência dentro do projeto histórico do capitalismo industrial.

Mas esse quadro, que herdamos de nossos antepassados imediatos, tem sido sacudido notavelmente nos últimos tempos, e a venerável instituição escolar não foi a única vítima dessas turbulências. Trata-se de uma crise cujas raízes remontam ao final da Segunda Guerra Mundial e que ainda está em processo de reordenação, mas já possui a consistência de um novo drama histórico. Gilles Deleuze, por exemplo, já em 1990, usou a expressão *sociedades de controle* para nomeá-lo. Faz mais de duas décadas, portanto, que esse filósofo detectou a gradual implantação de um regime de vida inovador, sustentado nas tecnologias eletrônicas e digitais: uma organização social baseada no capitalismo mais desenvolvido da atualidade, em que regem o excesso de produção e o consumo exacerbado, o marketing e a publicidade, os fluxos financeiros em tempo real e a interconexão em redes globais de comunicação.

Outra característica desse novo mapa é a entronização da empresa como uma instituição modelo, que impregna todas as outras ao contagiá-las com seu *espírito empresarial*. Inclusive a escola, é claro, assim como os corpos e as subjetividades que por ela circulam. Essa nova mitologia propaga um culto à *performance* ou ao desempenho individual, que deveria ser cada vez mais destacado e eficaz. O sucesso obtido nessa missão não é mais avaliado sob os antiquados padrões da normalidade e do desvio, típicos da lógica disciplinar, mas se mede com critérios de custo-benefício e outros parâmetros exclusivamente mercadológicos, que enfatizam a diferenciação pelo empreendimento de cada indivíduo na competitividade com os demais. Desse modo,

dissemina-se uma ideologia da autossuperação e uma busca por atingir estados *post-normais*, estímulos que vêm acompanhados pela necessidade de atualizações constantes em todos os planos, articuladas por um bom gerenciamento de si sob moldes empresariais. Essa corrida, por sua vez, é esporeada por uma aliança tácita entre três vetores fundamentais desse paradigma: a união entre mídia, tecnociência e mercado.

Tudo isso envolve certas competências que a escola não só parece incapaz de inculcar, como seria até contraproducente nesse sentido, levando em conta sua vocação uniformizadora, homogeneizante e normalizadora. Antes de se desatarem essas mutações, porém, em pleno ambiente moderno do último par de séculos, as primeiras e mais fundamentais modelagens corporais e subjetivas se efetuavam na privacidade doméstica: no seio do lar, aquela doce instituição de confinamento habitada pela família nuclear de inspiração burguesa. Bem como nas salas, nos pátios e nos corredores dos colégios. Os resultados desse trabalho disciplinador em termos de produção de subjetividade foram nomeados, por alguns autores, como *homo psychologicus*, *homo privatus* ou personalidades *introdirecionadas*. Tais rótulos se referem a um elenco de *modos de ser* que estão se desbotando, porque neste século XXI que ainda se encontra em seus primórdios – embora não pare de avançar a uma velocidade inusitada —, são outros os corpos e as subjetividades que se tornaram necessários. Por isso não surpreende que reverberem, agora e por toda parte, outros tipos de sujeitos: novos modos de ser e estar no mundo, que surgem e se desenvolvem respondendo às exigências da contemporaneidade enquanto, ao mesmo tempo, contribuem para sua expansão. Nesse sentido, talvez, essas configurações mais atuais seriam *dóceis e úteis* à sua maneira e neste novo contexto.

Caberia indagar com mais atenção, então, como se encarnam essa docilidade e essa utilidade nos tempos presentes, e em que medida essas tendências poderiam (ou mereceriam) ser *resistidas*. Trata-se de outra questão complicada, sobretudo porque tais mudanças são recentes e tudo neste cenário é extremamente instável, com deslocamentos constantes e muitas contradições. Ainda assim, algumas características das configurações corporais e subjetivas mais valorizadas atualmente já estão à vista. Quais seriam esses traços? Em vez de propagar a silenciosa introspecção e o recolhimento nas profundezas do psiquismo individual, por exemplo, com a ajuda de ferramentas como a leitura e a escritura – gestos que eram tão habituais em outros tempos nem tão longínquos assim —, nossa época convoca as personalidades para que se exibam nas telas cada vez mais onipresentes e interconectadas da atualidade. Por outro lado, em vez de cinzelar nos músculos a rigidez das cadências e dos ritmos da maquinaria industrial sob o reverendo peso do valor-trabalho e

dos austeros repertórios da ética protestante, os novos ritos laborais requerem outras habilidades e disposições corporais ou subjetivas, ao mesmo tempo em que desdenham certas capacidades ou aptidões outrora valorizadas mas que agora se consideram cada vez menos úteis.

Como fruto de várias lutas e disputas travadas ao longo do século XX, que dinamitaram certas asperezas das cartilhas disciplinares e conquistaram a junção entre trabalho e lazer, por exemplo, hoje se estimula a criatividade e o prazer nos ambientes laborais. Nessa mesma linha, procuram-se características antes combatidas, tais como a originalidade ligada a certa espontaneidade e a capacidade de mudar rapidamente, reciclando o que se é na veloz sintonia das tendências globais. Também são bem cotadas a livre iniciativa, a motivação, o empreendedorismo e a vocação proativa, como atitudes capazes de movimentar os mercados e gerar benefícios. Sem esquecer, por outro lado, que tudo isso ocorre numa cultura que enaltece a busca de celebridade e o sucesso imediato, combinando nesse projeto a realização pessoal e a satisfação instantânea, e exaltando valores como a autoestima, o gozo constante, a beleza e a juventude; em suma: bem-estar corporal, emocional, laboral e afetivo, decorrentes de um ideal de felicidade que perpassa todos os âmbitos. São essas as qualidades pessoais que melhor cotizam no mercado de valores da atualidade, assim como a capacidade individual de administrá-las com êxito e sem pausa, projetando-as na própria imagem como se fosse uma marca bem posicionada nos competitivos (e instáveis) jogos das reputações contemporâneas.

Assim, numa sociedade altamente midiaticizada, fascinada pela incitação à visibilidade e instada a adotar com rapidez os mais surpreendentes avanços tecnocientíficos, entra em colapso aquela subjetividade interiorizada que habitava o espírito do *homem-máquina*. Aos poucos, embora com mais velocidade do que aquela que costumamos precisar para compreender o sentido dos processos que vivenciamos, desaba-se toda a arquitetura que sustentava aquele protagonista dos velhos tempos modernos, cujo cenário privilegiado transcorria em fábricas e escolas, e cujo instrumental mais prezado era a palavra escrita ou impressa em letras de molde. Agora esse eixo que constituía o âmago dos sujeitos oitocentistas e se considerava hospedado nas próprias profundezas de cada um – e que, portanto, devia ser modelado e nutrido tanto pelas moralizações familiares como pelo aprendizado escolar – traslada-se para outras zonas da humana condição; ao mesmo tempo alimentando e respondendo às insistentes demandas por novos modos de se autoconstruir. Em suma, junto com os reluzentes espaços e utensílios que a contemporaneidade tem dado à luz, disseminam-se outras formas de edificar a própria subjetividade e, também, novas maneiras de se relacionar com os outros e de se posicionar ou atuar no mundo.

Num esforço por entender os sentidos desses fenômenos, alguns estudiosos aludem à sociabilidade *líquida* ou à cultura *somática* de nosso tempo, que faria surgir um tipo de *eu* mais epidérmico e dúctil, capaz de se exibir na superfície da pele e das telas. Alude-se também às personalidades *alterdirigidas* e não mais *introduzidas*, construções de si orientadas para o olhar alheio ou *exteriorizadas* em sua projeção visual. Por outro lado, mas seguindo pistas semelhantes, são analisadas as diversas *bioidentidades* que proliferam hoje em dia, como desdobramentos de um tipo de subjetividade que se escora nos traços biológicos – genéticos ou cerebrais, por exemplo – ou no aspecto físico de cada indivíduo, em vez de ser tecida secretamente em torno daquele núcleo etéreo e já algo envelhecido que se considerava *interior* e, por tanto, era tão invisível como misterioso.

É claro que os dispositivos eletrônicos com os quais convivemos e que utilizamos para realizar as tarefas mais diversas, com crescente familiaridade e proveito, desempenham um rol vital nessa metamorfose. Esses artefatos de uso cotidiano não só suscitam velozes adaptações corporais e subjetivas aos novos ritmos e experiências, mas também acabam surgindo e se popularizando em virtude dessas mudanças. Os jovens abraçam essas novidades e se envolvem nelas de forma mais visceral, embora não se trate de uma exclusividade dessas gerações. No entanto, surge aqui um choque digno de nota: são justamente essas crianças e esses adolescentes, que nasceram ou cresceram no novo meio ambiente, os que devem se submeter diariamente ao contato mais ou menos violento com os envelhecidos rigores escolares. São eles que alimentam as enferrujadas engrenagens daquela instituição de confinamento fundada há alguns séculos e que, mais ou menos fiel a suas tradições, continua operando com o instrumental analógico do giz e do quadro-negro, dos regulamentos e dos boletins, dos horários fixos e das carteiras enfileiradas, da prova escrita e da lição oral. No entanto, se a atmosfera na qual estamos imersos tem mudado tanto, a pergunta retomada aqui seria a seguinte: para que precisamos, agora, das escolas? O que gostaríamos que esse artefato fizesse com os corpos e as subjetividades que todos os dias entram e saem de seus domínios?

Em suas análises sobre a crise das sociedades disciplinares e a veloz implantação de um novo modo de vida, Gilles Deleuze foi radical: “essas instituições estão condenadas” (Deleuze, 1992: 220). O autor entendia que não há emenda possível para esses vetustos inventos, porque seu ciclo vital está se concluindo e, agora, essas instituições perderam seu sentido histórico. “Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam”, sentenciava Deleuze (Idem). É bem verdade que, caso concordemos com tal veredito, a escola sofre de modo particularmente intenso essa angústia

que implica aguardar seu próprio atestado de óbito enquanto os novos ventos sopram do lado de fora e ameaçam desbaratá-la. Porque a instituição escolar se manteve – até faz menos tempo do que parece – apoiada numa série de valores que se consideravam indispensáveis para afiançar seu esqueleto, e tais pilstras morais deviam conservar certa solidez para permitir o bom funcionamento dessa fabulosa maquinaria ortopédica. O respeito pela hierarquia e o reconhecimento da autoridade de professores, diretores e supervisores, por exemplo, eram desses alicerces dos quais não era possível prescindir. Além disso, requeria-se uma valorização positiva do esforço e da dedicação concentrada com metas em longo prazo, bem como da obediência e do compromisso individual no cumprimento de rotinas previamente fixadas, com estritos enquadramentos espaçotemporais que deviam ser meticulosamente acatados.

Por todos esses motivos, a tenacidade disciplinar inscrita naqueles regulamentos da época áurea do sistema escolar – cujos pormenores e rigorismos hoje soam um tanto exagerados –, em tempos nem tão distantes era internalizada nas profundezas da alma não apenas dos estudantes, mas também de seus pais e professores. “A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma prisão do corpo”, resumiu Foucault em seu célebre trocadilho, após refletir longamente acerca de tal situação (Foucault, 1977: 32). As normas eram respeitadas porque eram consideradas corretas: elas prescreviam o que era certo ou errado em função de um consenso. Um acordo amplamente partilhado que se via iluminado pelo brilho de certa *moral laica* cujo propósito era *libertar as consciências da tutela das religiões*, como explicam os autores do esclarecedor compêndio de manuais escolares intitulado *La morale à l'école*.¹ Um credo secularizado que não perdesse, mesmo após essa libertação do terrível medo do divino e do demoníaco, sua potência para aprisionar os corpos modernos. Portanto, tais ditames se cumpriam cotidianamente, sem maiores rebeldias nem impertinências, não apenas porque se estava sob estrita vigilância e seu descumprimento acarretaria punições mais ou menos penosas, mas, sobretudo, porque era assim como a máquina funcionava e assim devia ser. Daí o poderoso efeito moralizador das admoestações e das suspensões, bem como de todo o conjunto de sanções exaladas pelos códigos e estatutos da magna instituição escolar, e daí também sua eficácia funcional para consumir tão extraordinária missão.

Mas o mundo transformou-se muito desde a época em que essa entidade fora idealizada e colocada em funcionamento, em virtude de sua utilidade para perpetrar as metas políticas, econômicas e socioculturais que – conforme se supunha – iriam nos guiar rumo à evolução da humanidade. Agora, ao despontar o globalizado e multicultural século XXI, são bem outros os valores

1. (Gougaud; Hernandez, 2009).

reverenciados entre nós, tanto dentro como fora das paredes escolares. E, portanto, não espanta que o edifício inteiro ameace desabar – como bem sugere, aliás, a problemática retratada no filme *Entre os muros da escola*, de 2008, cujo espírito foi sintetizado na epígrafe que encabeça este ensaio. Assim retorna, aqui, a grande questão: uma vez socavadas suas bases pelo reacomodamento dos solos que sustentam o presente, como pretender que a rançosa estrutura escolar se mantenha em pé e continue operando?

Além de tudo o que já foi argumentado até aqui, de modo talvez excessivamente rápido e resumido, é preciso considerar também que essa edificação histórica se erigiu tendo a *cultura letrada* como um horizonte de realização, tanto nos planos individuais como em escala coletiva, concernente a cada Estado-Nação e à civilização ocidental de um modo geral. E esse é, de fato, outro dos pilares que está sendo ruidosamente corroído na contemporaneidade. Tendo atravessado um século inteiro sob a coruscante luz do cinema, e várias décadas de intenso contato com a televisão, a cultura atual está fortemente marcada pelos meios de comunicação audiovisuais; e, mais recentemente, essa produção e circulação de imagens foi exponencialmente multiplicada com a irrupção triunfal dos dispositivos digitais.

Esses processos envolveram uma profunda transformação das linguagens que atingiu os modos de expressão e comunicação em todos os âmbitos, inclusive em campos tão vitais como a construção de si, os relacionamentos com os outros e a formulação do mundo. Entre outros desdobramentos extremamente complexos que ainda devem ser mapeados e muito bem estudados, esse movimento implicou certa crise das belas artes da palavra – tanto em sua manifestação oral como escrita – e a gradual implantação do que alguns denominam a *civilização da imagem*. Ou da *sociedade do espetáculo*, como a batizara Guy Debord em 1967. A escola, no entanto, entrelaça suas próprias raízes com aquela ferramenta ancestral que hoje se vê sufocada pelos avanços do audiovisual: a palavra, sobretudo na medida em que ela se presta às clássicas operações de leitura e escrita.

Por tudo isso, em face às fortes transformações ocorridas nas últimas décadas, não surpreende que a escola tenha se convertido em algo terrivelmente *chato*, e que a obrigação de frequentá-la signifique uma espécie de calvário cotidiano para as dinâmicas e interativas crianças contemporâneas. Seu desinteresse e o escasso entusiasmo que costumam demonstrar a esse respeito seriam indícios dessa falta de sentido, evidenciada ainda pelos altíssimos índices de *deserção escolar* que se constata em todo o mundo. A partir dessa perspectiva, a educação parece ter se tornado um produto pouco atraente, destinado a um consumidor disperso e insatisfeito, que por sua vez se vê seduzido pela variada

oferta emanada pelo mercado do entretenimento. Este último, aliás, aparece como um inimigo de múltiplas faces e imensos poderes, que a escola oscila entre repudiá-lo excomungando-o de seu território sem nenhum tipo de negociação possível, ou então tenta assimilá-lo com cuidadosos critérios pedagógicos para se atualizar e não fenecer nessa difícil operação. Como quer que seja, a tríplice aliança entre mídia, tecnologia e consumo costuma concorrer com vantagens – e, por conseguinte, com sucesso – para conquistar a atenção dos entediados alunos do século XXI.

Embora os dados continuem indicando que a escolarização ainda representa uma vantagem econômica para quem a possui, essa aposta em longo prazo parece cada vez menos tentadora, considerando-se a péssima relação custo-benefício que, para muitos, implicaria ter que se submeter por vários anos aos soporíferos rituais da vida estudantil até *se formar*. Ainda nos casos em que se consegue convencer os alunos em potencial para que se sentem todos os dias em suas carteiras e se comportem de acordo com as normas dessa instituição, as coisas já não funcionam como se supõe que deveriam. Cada vez é mais habitual, por exemplo, que aqueles que concluem o ensino fundamental sejam pouco menos que *analfabetos funcionais*, e sobram pesquisas que fornecem dados catastróficos para atestar essa impotência.

Em suma, são muitos e cada vez mais estridentes os indícios de que a escola está em ruínas. E, em consequência, por toda parte brotam estratégias tendentes a enfrentar essa queda erigindo propostas alternativas, tanto no setor público como no particular e em todos os níveis do ensino. A essas tentativas se referia desdenhosamente Gilles Deleuze sob o mote de *reformas supostamente necessárias* que estariam condenadas ao fracasso. Assim, uma das soluções propostas atualmente para controlar a violência – outro dos flagelos que açoitam a escola hoje em dia – é a instalação de câmeras de vigilância nos estabelecimentos educativos. Trata-se de uma iniciativa bastante avançada no Brasil, por exemplo. Diante da crise generalizada da sociedade disciplinar, com as redes eletrônicas se almeja controlar aquilo que se assoma como um temível fantasma para a nova configuração sociopolítica e econômica: a insegurança. E, além disso, oferecem aos pais e aos outros adultos a ilusão de que podem exercer algum tipo de controle sobre os corpos hiperativos das crianças e dos jovens contemporâneos. Há algum tempo foi noticiado, por exemplo, que em certas escolas japonesas estão sendo utilizados pequenos chips ou *etiquetas inteligentes*, que se implantam nos corpos dos alunos e transmitem uma mensagem de texto automático ao celular dos pais quando seus filhos entram no colégio.

É paradoxal que, apesar do veloz avanço das redes de vigilância eletrônica que infiltram os muros das escolas fazendo circular imagens e informações em

tempo real, ainda seja proibido que os alunos ingressem nesses prédios com suas próprias câmeras e demais dispositivos característicos da *sociedade de controle*, como celulares e *netbooks*. Ou, pelo menos, procura-se evitar essa infiltração por meio de uma balbuciante promulgação de leis, decretos e memorandos, ou seu uso se contorna em cada caso mediante negociações internas mais ou menos enfáticas. Tudo isso resulta significativo para rematar esta reflexão, porque ajuda a delinear uma última pergunta que pode ser esclarecedora. Se o modelo analógico da sociedade disciplinar – aquele no qual se decalcavam todas as demais instituições, inclusive a escola – era a prisão, e seu principal mecanismo de poder consistia no confinamento – quer dizer, no trancamento num espaço e num tempo minuciosamente pautados e regulamentados –, qual seria essa instância exemplar na atual sociedade informatizada?

Talvez essa instituição multifacetada e exemplar que imprime sua marca no presente não seja apenas o inefável *espírito empresarial* que tudo impregna, mas também – e, quem sabe, mais precisamente – uma rede de conexão global como a internet. Ou, então, a malha de telefonia celular, ou as redes sociais como Twitter e Facebook. Em definitivo, todos esses são recursos intensamente utilizados pelos colegiais de hoje em dia em escala planetária. Assim, em vez da *prisão* – com suas grades, seus cadeados, suas normas estritas e suas severas punições –, teríamos cada vez mais como modelo universal uma *rede* eletrônica aberta e sem fios, à qual cada um se conecta livremente: apenas onde, quando e se o desejar. Nos locais onde imperavam as rígidas agruras do *confinamento* para educar os cidadãos dos séculos XIX e XX com a força do sangue e da letra, desdobram-se agora as atrativas tramas da *conexão*, que opera de outro modo e com outros objetivos: seduzindo os consumidores contemporâneos com suas incontáveis delícias transmidiáticas.

Quando Deleuze expressou, já faz mais de vinte anos, que “não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento em espaço aberto” (1992: 224), ele não teria podido prever o incrível desenvolvimento desses dispositivos na primeira década do século XXI. E, menos ainda, teria esse autor intuído a extensão atual desse desejo de se reportar – constante e voluntariamente – os mais triviais usos do tempo e do espaço de cada um, tudo isso realizado cotidianamente por milhões de pessoas que não se incomodam pelo fato de estarem sempre localizáveis e disponíveis para o contato. Porque essa meticulosa tarefa diária não se empreende em obediência à pesada obrigação moral de cumprir com os regulamentos e evitar castigos, como ocorria sob a lógica do confinamento disciplinar, mas tudo isso se faz por prazer. Tece-se, assim, uma rede altamente efetiva de permanente controle mútuo.

Caberia deduzir, portanto, que a vigilância, o confinamento e as pequenas sanções que regiam aquelas instituições típicas dos séculos XIX e XX como a escola, a fábrica e a prisão, já não são mais necessários para nos tornar corpos *dóceis e úteis*. Tudo isso já não é fundamental – e, inclusive, sequer seria eficaz – para fazer de todos nós subjetividades compatíveis com os ritmos do mundo atual. De fato, o próprio Foucault detectou essas transformações, assinalando o ano de 1968 como uma data simbólica para a decolagem desses processos. Foi então quando tanto a disciplina como a ética puritana foram postas em xeque como as grandes forças impulsionadoras do capitalismo; e, portanto, a escola também começou a transitar sua jornada rumo à crise atual. “Percebeu-se que esse poder tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava”, explica Foucault, e “que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo” (Foucault, 1979: 148). Mais tênue e elegante, sim, poderíamos acrescentar, porém também mais difícil de ser mapeado e driblado; talvez, portanto, bem mais eficiente no cumprimento de suas metas.

Assim, em contraste com aquele instrumental já antiquado que as escolas ainda insistem em desdobrar, parecem ser mais eficazes as novas formas de nos amarrar aos circuitos integrados do universo contemporâneo – embora essas novidades certamente sejam mais sutis, elegantes e *divertidas*. Pois agora estamos todos *livremente* conectados não só às redes sociais, ao correio eletrônico e ao telefone portátil, mas também a outros dispositivos de monitoramento como os sistemas de geolocalização, os cartões de crédito e os programas de fidelidade empresarial. E o fazemos com cotidiana devoção, o tempo todo, porque queremos e gostamos. As crianças e os mais jovens parecem *curtir* especialmente, e por isso se dedicam a tais atividades em todo momento e lugar. Inclusive, esquivando as eventuais interdições das hierarquias escolares, costumam recorrer a essas conexões para sobreviver ao tédio que implica ter que passar boa parte de seus dias trancados em salas de aula, mais desesperadamente desconectados que disciplinadamente confinados.

Caberia concluir, portanto, que todas essas mudanças implicam uma bem-vinda libertação dos velhos mecanismos de ortopedia social: aqueles que diariamente massacravam os corpos das sociedades modernas para adaptá-los a seus ritmos e alimentar com eles as engrenagens da industrialização. No entanto, caberia se perguntar qual é a capacidade da escola para resistir a tamanha mutação, e se essa estrutura envelhecida estará em condições de se adaptar às novas regras do jogo, transformando-se de um modo efetivo e interessante. Vale lembrar que a ruptura que inaugurou este novo horizonte ao provocar a crise do modelo anterior foi, em boa medida, um fruto

do sucesso daquele projeto disciplinar em seu labor de formação corporal. Tanto estímulo disciplinador que se descarregou sobre os corpos infantis e adolescentes resultou num despertar das potências corporais, com as consequentes rebeliões cujo símbolo é o mítico 1968 antes mencionado. Pois foi então quando aqueles corpos dóceis, obedientes, esforçados, trabalhadores e úteis começaram sua alegre conversão rumo aos corpos ávidos, ansiosos, flexíveis, performáticos, hedonistas, narcisistas, hiperativos, mutantes, consumidores e úteis da atualidade.

Embora a alguns estudantes ainda possa lhes oferecer certa serventia ou consigam se adaptar com relativo sucesso ao estranho ambiente escolar, tirando proveito do que este ainda pode lhes fornecer, são muitos os que sentem que tudo isso carece de sentido. Essa diversidade das experiências costuma estar, também, amplamente atravessada por graves diferenças socioeconômicas, que tornam a situação ainda mais delicada. Mas, de todo modo, e para além dos matizes e das contradições que sem dúvida existem, a problemática aqui tratada possui características universais: é fruto da situação histórica em que nos encontramos imersos, nesta sociedade globalizada de começos do século XXI. Não sabemos como continuará esta história, mas há pelo menos uma certeza: as novas gerações falam uma língua bem diferente daquela usada por aqueles que foram educados tendo a escola como seu principal ambiente de socialização e a *cultura letrada* como seu horizonte de realização. E desses jovens dependerá, em boa medida, o desenvolvimento dos próximos atos deste drama.

A solução para revitalizar a educação seria incorporar os meios de comunicação e as novas tecnologias ao âmbito escolar? É possível fazer isso e que essa instituição continue conservando sua condição de colégio? Ou, mais radicalmente mesmo, talvez caiba questionar: para que necessitamos hoje das escolas? O que queremos que elas façam com as crianças e os jovens contemporâneos? Com certeza, voltar no tempo não é possível e, além disso, tampouco seria sensato jogar fora tantas conquistas obtidas na luta contra as desgraças do mundo disciplinar, que com altos custos e bastante sofrimento conseguimos desmontar. “Muitos jovens pedem estranhamente para serem *motivados*, e solicitam novos estágios e formação permanente”, apontava Deleuze naquele célebre ensaio, “cabe a eles descobrir a que são levados a servir, assim como seus antecessores descobriram, não sem dor, a finalidade das disciplinas” (Ibid.: 226). Por isso, mesmo que ainda não tenhamos respostas ou projetos alternativos, refletir acerca dessas questões é tão urgente como atuar em consequência disso, e esse desafio incumbe precisamente a eles: os jovens que vivenciam, na própria pele e todos os dias, esse mal-estar da falta de sentido. **M**

REFERÊNCIAS

- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. Poder-Corpo. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979; p.145-152.
- _____. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GOUGAUD, Jean; HERNANDEZ, Colette. *La morale à l'école (1905-1950)*. Paris: Berg International Editeurs, 2009.
- RIESMAN, David. *A multidão solitária*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995.
- SIBILIA, Paula. ¿Es posible una escuela post-disciplinaria? ¿Y sería deseable?. In: PEIRONE, Fernando. *La educación alterada: Aproximaciones a la escuela del siglo veintiuno*. Córdoba (Argentina): Ed. Salida al Mar, 2010; p.163-193.
- _____. *O show do eu: A intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- VORRABER COSTA, Marisa (Org). *A escola tem futuro?*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.

Artigo recebido em 2 de fevereiro e aceito em 2 de abril de 2012.

